

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento

ANÁLISE DE ASSUNTO DE ACÓRDÃOS JURISPRUDENCIAIS: MODELO DE LEITURA TÉCNICA

Ana Carolina Ferreira - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan – Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG)

SUBJECT ANALYSIS OF COURT DECISIONS: TECHNICAL READING MODEL

Modalidade da Apresentação: Pôster

Resumo: O problema de pesquisa abordado neste trabalho relaciona-se às lacunas, identificadas na literatura, em relação à análise de assunto, importante fase da indexação. Observa-se, que os estudos em Biblioteconomia e Ciência da Informação centraram-se, ao longo da história, na elaboração de instrumentos de controle terminológico, a exemplos dos tesouros e vocabulários controlados, em detrimento às metodologias de análise de assunto. Em virtude dessa ausência, são necessárias investigações, especialmente em campos específicos, como o da informação jurídica, sobre as formas de sistematização e objetivação da análise conceitual. A partir desse desafio, apresenta-se a proposta de construção de um modelo de leitura que auxilie o indexador na compreensão do acórdão, identificação e seleção de conceitos nesse documento para a indexação. As etapas metodológicas são divididas em teórica e aplicada, na forma de um estudo de caso, com a proposta de aplicação de modelo de leitura em um conjunto de acórdãos previamente selecionados a partir da amostra da pesquisa. Os resultados parciais da pesquisa indicam a necessidade de o indexador conhecer o contexto de produção e as características dos documentos jurídicos, visando uma prática qualitativa da indexação. Almeja-se que o modelo de leitura possa auxiliar o indexador que não possui formação na área jurídica, ao indicar estratégias de abordagem do acórdão produzido no contexto dos tribunais de contas.

Palavras-Chave: Análise de Assunto; Indexação; Jurisprudência; Acórdão; Tribunal de Contas.

Abstract: This paper addresses the gaps in the literature on subject analysis, an important stage in indexing. It has been observed over the years that studies on Librarianship and Information Science have focused on the development of tools for terminology management, such as thesauri and controlled vocabularies, overlooking subject analysis methods. Due to this gap, further studies are necessary, especially in specific fields such as legal information, to investigate different types of systematization and objectification of conceptual analysis. Responding to this challenge, the present study proposes a reading model to help indexers understand court decisions and identify and select concepts in these documents for indexing. The research Methodology used included basic (theoretical) and applied research. The case study approach was adopted to apply the proposed reading model in

court decisions that were previously selected according to the research sample. The partial results obtained indicate that when aiming at a qualitative analysis of indexation, indexers should have knowledge about the production context and characteristics of the legal documents, aiming at systematic indexing. As a conclusion, we hope that the reading model proposed will help indexers who do not have any formal legal training adopt strategies to deal with judgments or decisions of courts of accounts.

Keywords: Subject Analysis; Indexing; Case Law; Court Decisions; Court of Accounts.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um produto parcial de uma pesquisa de mestrado em andamento, qualificada em junho de 2017, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais (PPG-GOC/ECI/UFMG). Esse projeto de pesquisa tem como objeto de investigação a análise de assunto de acórdãos jurisprudenciais produzidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na forma de um estudo de caso.

O problema de pesquisa decorre da complexidade da análise de assunto e de lacunas identificadas na literatura sobre essa etapa da indexação, que envolve a leitura técnica para a identificação do(s) assunto(s) de um documento. A literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI) indica que, ao longo da história da organização do conhecimento, houve ênfase nos estudos sobre a construção de instrumentos de padronização terminológicos, como os tesouros e vocabulários controlados, os quais compõem a segunda etapa da indexação, a tradução, em detrimento às metodologias de análise de assunto (CESARINO, 1985; CAMPOS, 1987; LARA, 1993; GUIMARÃES, 1994; MOURA, 2006; SILVA, 2008; KOBASHI & FERNANDES, 2009; FUJITA, 2013; LIMA; MACULAN, 2014).

Especialmente na esfera da informação jurídica e da jurisprudência, geralmente pouco conhecidas pelos bibliotecários, tornam-se necessários estudos sobre a sistematização da leitura técnica, aquela realizada com objetivos profissionais para a determinação dos conceitos desses documentos para fins de representação temática. Essa leitura, se bem orientada, auxilia o indexador na análise da estrutura do documento e na identificação e seleção de conceitos. Tal atividade envolve, também, elementos importantes a serem considerados pelo bibliotecário, tais como: o conhecimento do domínio analisado e da estrutura dos documentos, a abordagem sistemática por questionamentos - de acordo com a base normativa da NBR 12.676/1992 - e a análise por categorias que facilitem a identificação dos assuntos.

Nesse sentido, tendo como norte a concepção de que a análise de assunto, realizada a partir de critérios metodológicos previamente definidos, reflete-se nos resultados das buscas em bases de dados pelo usuário final do sistema e, desse modo, promove melhores índices de recuperação de informação, a pesquisa propõe a construção de um modelo de leitura técnica que facilite esse processo de análise. Assim, a partir da contextualização exposta, objetiva-se, com a realização desta investigação, elaborar um modelo de leitura técnica para acórdãos produzidos pelos tribunais de contas - também denominados órgãos de controle externo - de modo a fornecer procedimentos sistematizados para a análise de assunto desse tipo de documento e, conseqüentemente, minimizar a subjetividade na indexação. É necessário destacar que a proposta desse modelo de leitura destina-se ao indexador atuante na organização da informação jurídica jurisprudencial no âmbito dos tribunais de contas, mas que não possui formação específica na área do Direito.

2 INDEXAÇÃO, ANÁLISE DE ASSUNTO E A LEITURA TÉCNICA

A indexação é um processo de representação temática da informação e objetiva identificar, de forma padronizada e qualitativa, o(s) assunto(s) contido(s) nos documentos. Para o clássico texto Unisist (1981, p.84), “a indexação é vista como a ação de descrever e identificar um documento de acordo com o seu assunto”. Ao que Farrow (1995, p.243) acrescenta: “o processo de indexação consiste na compreensão do documento a ser indexado, seguido da produção de um conjunto de termos de indexação”. Segundo Dias e Naves (2013, p.58), “a extração de conceitos tem como produto um assunto, que representa o conteúdo informacional de um texto”.

Todos os objetos são passíveis de serem indexados, e, com o acórdão, objeto desta pesquisa, isso não é diferente. Esse processo é, tradicionalmente, dividido em duas etapas: a análise de assunto e a tradução. A primeira etapa, de análise de assunto, é fundamental para o sucesso na recuperação da informação, conforme os autores estudados (CESARINO, 1985; LANCASTER, ELLIKER, CONNELL, 1989; NAVES, 2000; DIAS; NAVES, 2013, FUJITA, 2013; LIMA, MACULAN, 2014), e pode ser subdividida nas fases de leitura técnica do documento, identificação e seleção de conceitos. Na etapa da tradução, os conceitos selecionados na primeira etapa são traduzidos utilizando os termos autorizados de um instrumento de controle terminológico (tesauros, listas de cabeçalhos de assunto).

A leitura técnica, que compõe a etapa da análise de assunto, é um processo complexo que pressupõe o uso de métodos e técnicas adequados. Essa leitura auxilia o indexador na abordagem do documento no que tange à identificação e seleção dos conceitos, sendo distinta das formas tradicionais de leitura voltadas ao estudo, lazer ou busca por informação, pois centra-se no propósito de analisar o documento, procurando dele extrair aqueles termos que melhor representem o seu conteúdo temático. Na leitura técnica, o indexador utiliza seus conhecimentos prévios, de estrutura textual e de mundo, e sua experiência como leitor e intérprete. Também faz inferências, predições e cria significados. Para Moura (2006), a leitura técnica pressupõe a articulação entre o leitor-bibliotecário/indexador, o texto a ser desconstruído e reconstruído e o sistema de informação. A leitura técnica representa, também, uma forma de apropriação do conhecimento produzido, seja da estrutura terminológica do domínio, seja pela apropriação conceitual do significado da terminologia (MOURA, 2006).

A leitura técnica estabelece, ainda, um processo comunicativo entre texto e leitor. Para Fujita, Nardi e Santos (1998, p.14), “o ato de ler envolve um processo mental de vários níveis”, sendo que “o leitor, em cada nível, apoia-se em esquemas, estruturas de conhecimento que possui”. Durante a leitura, o leitor desenvolve algumas estratégias para a compreensão textual que, Cintra (1987), divide em dois tipos: cognitivas e metacognitivas. As primeiras envolvem processamentos instintivos e inconscientes de interpretação, realizados de forma automática em função dos “esquemas” prévios armazenados na memória do leitor. Apesar de automáticas, são igualmente importantes, pois permitem a compreensão ortográfica, sintática e semântica do texto. Por sua vez, as estratégias metacognitivas são ações conscientes do leitor direcionadas para a solução de um problema e, para os propósitos da leitura documentária, são as mais importantes. Como estratégia metacognitiva, situa-se o conhecimento prévio do leitor, relacionado às habilidades cognitivas e aos conhecimentos por ele armazenados. Cintra (1987) também destaca que o conhecimento das superestruturas textuais permite ao leitor identificar, com mais facilidade, as ideias centrais do texto, a partir dos constituintes básicos do documento, tal como ocorre na análise de assunto da jurisprudência.

3 JURISPRUDÊNCIA E ACÓRDÃOS

Neste projeto de pesquisa, a apresentação dos conceitos oriundos das Ciências Jurídicas é uma questão importante, ainda que não seja central, para o entendimento do contexto no qual o acórdão, objeto de pesquisa, é produzido. Visualiza-se, assim, a característica

interdisciplinar da Ciência da Informação, que deve ambientar o contexto de produção de suas pesquisas.

No âmbito do Direito, o conceito de jurisprudência apresenta, essencialmente, duas concepções. A primeira delas, em sentido amplo, entende que a jurisprudência constitui o conjunto de decisões proferidas de forma colegiada por tribunais de segunda ou superior instâncias, ou por tribunais de contas. Já a segunda concepção, em sentido restrito, advoga que a jurisprudência constitui um conjunto uniforme de decisões reiteradas do colegiado de determinado tribunal sobre uma mesma matéria. Nesse segundo sentido, os operadores do Direito falam, frequentemente, que determinado tribunal pacificou o entendimento sobre uma matéria, de modo que há uma previsibilidade de como esse tribunal se manifesta em seus julgados. Isso é importante porque é uma das garantias ao princípio da segurança jurídica¹.

A jurisprudência, em sentido amplo ou restrito, é formada por uma tipologia de documentos que incluem os acórdãos, as súmulas² e as decisões monocráticas (proferidas por um único membro). O acórdão é uma forma documental peculiar à jurisprudência e, segundo o Novo Código de Processo Civil de 2015 (NCPC), é definido como o “julgamento colegiado proferido pelos tribunais” (art. 204).

O acórdão apresenta uma estrutura temática, determinada pelo NCPC, no art. 489 sobre as sentenças: o relatório, “que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo”; os *fundamentos*, “em que o juiz analisará as questões de fato e de direito”; e o *dispositivo*, “em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem”. Outro elemento obrigatório que compõe o acórdão, de acordo com o § 1º do art. 943 do NCPC, é a *ementa*, uma espécie de resumo do documento. Sentença que é, o acórdão obedece à essa mesma estrutura, o que facilita a criação de métodos para sua análise e compreensão, especialmente os de leitura técnica para o profissional indexador sem a formação na área jurídica.

¹ “A segurança jurídica, vista como estabilidade e continuidade da ordem jurídica e previsibilidade das consequências jurídicas de determinada conduta, é indispensável para a conformação de um Estado que pretenda ser ‘Estado de Direito’” (MARINONI, 2011, p.1225).

² “Do latim *summula* (resumo, epítome), tem o sentido de *sumário*, ou de *índice* de alguma coisa. [...] No âmbito da uniformização da jurisprudência, indica a condensação de série de acórdãos, do mesmo tribunal, que adotem idêntica interpretação de preceito jurídico em tese, sem caráter obrigatório, mas persuasivo, e que, devidamente numerados, se estampem em repertórios” (SILVA, 2014, p.1347).

No contexto dos tribunais de contas, ambientação desta pesquisa, de modo geral, os acórdãos apresentam os elementos essenciais definidos pelo estudo de Barbosa Netto e Cunha (2015): *relatório* (parte que relata o que aconteceu no processo); *voto* (apresenta a fundamentação e os argumentos da análise feita pelo relator) e a *decisão* (parte que contém o posicionamento do colegiado sobre determinada matéria submetida à sua apreciação). É importante destacar que, para a indexação do acórdão e a utilização de estratégias de leitura, pelo indexador, é fundamental o conhecimento dessa estrutura temática e do tipo de informação passível de ser localizada em cada parte.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, qualitativa e aplicada, tendo o estudo de caso no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) como técnica.

O universo da pesquisa é constituído por setenta naturezas processuais que revelam as múltiplas formas de atuação do TCEMG. A amostra é composta por quatro naturezas processuais, selecionados por serem típicas da atividade fiscalizatória exercida pela instituição, quais sejam: *denúncia*, *inspeção ordinária*, *prestação de contas dos ordenadores de despesa* e *tomada de contas especial*, as quais constituem acórdãos (representam decisões com caráter de definitividade) em sua tipologia documental.

A metodologia possui três etapas: 1) objetiva-se a construção teórica, com as seguintes fases: a) pesquisa bibliográfica em bases de dados relevantes da área e b) revisão de literatura, a partir dos trabalhos selecionados; 2) elaboração do modelo de leitura técnica, a partir da base normativa e sistemática da NBR 12.676/1992 (diretrizes para a indexação), e dos fundamentos teórico-metodológicos de Guimarães (1994, 2004), com a análise por categorias; dos referenciais teóricos de Cintra (1987) e Fujita (2003), com as estratégias de leitura documentária, e de Silva (2008), com os princípios para a indexação de acórdãos; 3) validação do modelo, com a sua aplicação pela autora deste projeto, em um conjunto de acórdãos previamente selecionados, a partir da amostra definida; 4) análises dos resultados da aplicação do modelo de leitura e elaboração das considerações, com perspectivas de estudos futuros.

5 RESULTADOS PARCIAIS

A partir do estudo da literatura, especialmente a partir de Lima e Maculan (2013), que analisam, sob uma perspectiva histórica, o tema da análise de assunto no periódico *Annual Review of Information Science e Technology* (ARIST), observa-se que há uma lacuna sobre pesquisas referentes ao tema, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

Observa-se que há uma aproximação metodológica entre a análise de assunto para a indexação e para a produção de ementas (espécies do gênero resumos jurisprudenciais), pois os dois processos constituem produtos da indexação. Lancaster (1993) corrobora com isso quando apresenta duas abordagens para a representação do conteúdo temático dos documentos: uma de elaboração de índices e outra de resumos, o que sugere uma aproximação conceitual entre as operações de indexar e resumir.

É importante que o indexador esteja atento quanto às partes temáticas do acórdão, de acordo com o Novo Código de Processo Civil (NCPC), de 2015, quais sejam: *relatório*, *fundamentação* e *dispositivo*, e o tipo de raciocínio jurídico desenvolvido pelo operador do Direito em cada parte temática, que se refletem nos termos que são representados na indexação.

Os resultados, até agora, demonstraram que os estudos sobre a análise de assunto de acórdãos e elaboração de ementas têm utilizado as quatro categorias de Guimarães (1994): *contexto fático* (o que ocorreu), *instituto jurídico* (questão jurídica discutida), *entendimento* (posicionamento do órgão julgador) e *argumento* (fundamentos da decisão do julgador). Tais categorias refletem a estrutura temática do acórdão e têm por base a teoria de Miguel Reale, que concebe o fenômeno jurídico a partir de três elementos essenciais: fato, valor e norma. O emprego dessas categorias para a análise de assunto dos acórdãos dos tribunais de contas deve considerar as adaptações terminológicas e conceituais, tendo em vista a forma de atuação e as competências constitucionais dessas instituições.

De acordo com a abordagem dos manuais elaborados por instituições públicas que são referência na organização da informação jurídica, a indexação do documento jurisprudencial reveste-se de cinco estágios: 1) compreensão do documento como um todo, incluindo relatório, voto e dispositivo; 2) identificação de conceitos, por meio de abordagem sistemática, a exemplo dos questionamentos propostos pela NBR 12.676/1992; 3) seleção de conceitos de acordo com o valor potencial deles no atendimento às necessidades de informação dos usuários; 4) tradução

dos conceitos para o vocabulário de especialidade; e 5) organização da frase de indexação (organização dos conceitos de modo a compor uma frase com sentido lógico para o leitor).

Pelo mapeamento da literatura realizado, observou-se que, embora a estrutura temática dos acórdãos produzidos pelo Poder Judiciário e pelos tribunais de contas seja semelhante, a documentação produzida por estes últimos apresenta características próprias, decorrentes de suas competências constitucionais. Tais características relacionam-se, por exemplo, à expedição de recomendações (orientações), pelos tribunais de contas, aos gestores públicos e ao fato de não haver, nos processos de controle, uma parte interessada (*stricto sensu*), como no caso dos processos do Poder Judiciário, o qual só age por provocação. Nos processos de fiscalização e controle, o interesse público é o bem maior a ser tutelado e essas peculiaridades estão refletidas na documentação de cada instituição, devendo ser do conhecimento do indexador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de métodos e técnicas da representação temática, em especial os referentes à análise de assunto são fundamentais para a qualidade da organização da informação. A análise de assunto é uma operação revestida de subjetividade e para objetivá-la, são necessários mecanismos de sistematização conceitual, possibilitados, entre outros, por modelos de leitura técnica.

Nessa direção, o modelo de leitura técnica proposto nesta pesquisa pode auxiliar o indexador que não possui formação na área jurídica, ao indicar estratégias de compreensão do documento e as partes dele a serem exploradas, combinadas a questionamentos, que auxiliam na identificação e seleção de conceitos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12676. Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Novo Código de Processo Civil (NCPC). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. **Manual de indexação da justiça federal**. Brasília, 1996.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Secretaria de Jurisprudência. **Manual do analista de jurisprudência**. Brasília, 2002.

CAMPOS, A. T. A indexação. **R. Bibliotecon. Brasília**, v. 15, n. 1, p. 69-72, jan./jun. 1987.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Sistemas de recuperação da informação. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 157-168, set. 1985.

CINTRA, Anna Maria Marques. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. p. 27-35.

DIAS, Eduardo José Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. 2. ed. rev., Brasília: Briquet de Lemos, 2013.

FARROW, John. All in the mind: concept analysis in indexing. **The Indexer**, v. 19, n. 4, p. 243-247, Oct. 1995.

FUJITA, M. S. L. **A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional**. 2003. 321f. Tese (Livre Docência em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília, Marília, 2003.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 42-66, abr. 2013.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 13-31, set./dez. 1998.

GUIMARÃES, J. A. C. **Análise documentária em jurisprudência: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros**. 1994. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C. **Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico-metodológicos**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2004. (Monografias do CEJ, 9).

KOBASHI, N. Y.; FERNANDES, J. C. Pragmática linguística e organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ancib, 2009. v. 1.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 1993. Tradução por Antônio Agenor Briquet de Lemos.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A representação documentária: em jogo a significação**. 1993. 133 f. Dissertação - (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LIMA, Gercina Ângela Bórém de Oliveira; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Análise de assunto a partir de uma perspectiva histórica do ARIST. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 22-35, jan./abr. 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. Segurança dos atos jurisdicionais. In: TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flavio (orgs.). **Dicionário de princípios jurídicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1225).

MOURA, Maria Aparecida. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da intersubjetividade em processos de representação informacional. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, Hélio (Orgs.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. p. 22-35.

NAVES, Madalena Martins Lopes. **Fatores interferentes no processo de análise de assunto**. 2000. 275f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – ECI/UFMG, Belo Horizonte, 2000.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Leitura documentária das fontes de informação jurídica**. 2008. 221. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

UNISIST. WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.